PROJETO DE LEI N.º _____, DE 2017
(Do Sr. Otavio Leite)

Altera o inciso V do art. 3º da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que “Restabelece princípios da Lei n.º 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências”, com fins de apoio à promoção de destinos e produtos turísticos brasileiros.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso V do art. 3º da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º

V -

c) ações não previstas nos incisos I a IV e consideradas relevantes pelo Ministro de Estado da Cultura, consultada a Comissão Nacional de Apoio à Cultura;

d) apresentações artístico-culturais em apoio à promoção de destinos e produtos turísticos brasileiros, para fins de captação de turistas e de eventos para o País, realizadas no Brasil e no exterior, mediante prévia anuência do órgão responsável pela política de turismo nacional.” (NR)

Art 2.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O turismo é uma das atividades mais relevantes da economia nacional. Em virtude da sua capacidade de criação e de manutenção de postos de trabalho, de geração de renda e de indução ao desenvolvimento, o turismo é: essencialmente estratégico, para o futuro do país.

Um dos fatores fundamentais para a atração de turistas para o Brasil é o nosso potencial cultural. De há muito, o setor turístico brasileiro utiliza-se, legitimamente, de recursos culturais (shows, performances, livros, atividades artísticas em geral), genuinamente brasileiros, a fim de, nos grandes eventos internacionais, chamar a atenção para os valores culturais brasileiros, e com isso facilitar a atração de turistas para o Brasil.

Logo, é absolutamente justo que as atividades culturais brasileiras possam ser efetivadas, num viés turístico próprio, de captação de fluxo para o mercado turístico brasileiro – o que, em consequência, movimentará positivamente nossa economia, seja na captação de divisas líquidas para o Brasil, bem como, e inclusive para a atração de investimentos estrangeiros no país. Esses parâmetros também se aplicam ao turismo interno.

Por fim, ressalto que o teor do presente projeto foi objeto do PL n.º 5559/2009, de minha autoria, aprovado pela Câmara dos Deputados e remetido ao Senado Federal. Naquela Casa Legislativa, a proposição tomou o n.º PLC 177/2015 e também obteve desfecho positivo com amplo debate e aprovação no Plenário, e posterior remessa para sanção presidencial. Porém, o Poder Executivo vetou totalmente a matéria, o que representou uma grande frustração para o setor.

Por todos estes motivos, contamos com o apoio de nossos Pares Congressistas para a aprovação desta matéria.

Sala das Sessões, em _____ de agosto de 2017.

Deputado **OTAVIO LEITE**
PSDB/RJ